

A ciência da informação como disciplina científica*

Rosa Maria Quadros Nehmy**, Carlos Henrique Rezende Falci**,
Jarbas Greque Acosta**, Rosane R. Fraga**

Analisa o campo teórico-metodológico da ciência da informação indagando sobre seu estatuto de cientificidade e suas possibilidades de se constituir em uma área madura de conhecimento. Utiliza como referência o marco conceitual de Kuhn, resgatando o debate ocorrido nas ciências sociais nas décadas de 70 e 80 que serve como elemento de mediação para a abordagem da situação vivenciada hoje pelos praticantes da ciência da informação.

9

1 Introdução

A proposta teórica de KUHN (1994) é bastante sugestiva e instigante para a análise de campos de estudo específicos. Referência importante para debates, logo após a publicação de seu livro **Estrutura das revoluções científicas** em fins da década de 60, foi fundamental para as discussões na filosofia da ciência. Seduziu, de um modo marcante na década de 70 e, ainda hoje, seduz cientistas sociais que viram em sua perspectiva de análise pontos teóricos e metodológicos muito próximos à forma de abordagem e à linguagem próprias das ciências sociais (HEYL, 1975). A noção de paradigma e a correlata visão da ciência normal tornaram-se marcos de análise para sustentação da polêmica a respeito do fato de as ciências sociais se constituírem ou não num campo científico e o aporte metodológico de KUHN tornou-se ponto de reflexão sobre a trajetória que suas disciplinas deveriam seguir.

* Este artigo é fruto das leituras e discussões feitas durante a disciplina "Fundamentos teóricos da informação" sob a responsabilidade a responsabilidade da professora Isis Paim, que nos desafiou a aprofundar o tema através de seu agudo espírito crítico e de seu compromisso com o crescimento teórico de seus alunos.

** Alunos do Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

A ciência da informação é, em seu projeto acadêmico, uma disciplina emergente que, por isso, não pode ser classificada como uma ciência madura, tal como KUHN a descreve e analisa. No entanto, seu instrumental teórico pode levantar pistas para a análise do campo. O objetivo deste estudo é o de, através do confronto com o debate nas ciências sociais, buscar pontos de aproximação e de distanciamento em suas trajetórias de institucionalização enquanto campos particulares de saber.

Utilizar o debate ocorrido nas ciências sociais, tomando-o como um lugar para pensar o campo da ciência da informação, permite que a reflexão não se dê somente em um nível geral de caráter epistemológico ou da história das ciências, mas que contemple também a experiência de uma comunidade de praticantes, entre os quais este autor teve uma vivência e sobre a qual pontua, ao longo de seu texto, pistas e indícios sobre a questão da cientificidade de suas disciplinas. Esta comparação torna-se ainda mais pertinente quando se considera que a ciência da informação deve fazer parte ou, no mínimo, aproximar-se do conjunto de disciplinas que compõem as ciências sociais. É evidente que não há pretensão de abarcar toda a gama de indagações que o texto sugere, mas sintetizar algumas das questões trazidas pelas ciências sociais a partir do referencial kuhniano que permitam uma reflexão sobre o estatuto do campo da ciência da informação, quando serão tomados como referência autores-chave da área.

Uma leitura ligeira ou sem rigor do texto de KUHN, ou mesmo interpretações particulares que são feitas a partir de uma certa flexibilidade dos conceitos que expõe - MASTERMAN (1970) identifica vinte e uma definições diferentes do conceito básico de paradigma em sua obra - podem levar à perda da essência de seu pensamento que é a de descrever, como um cientista social, o que tem sido reconhecido e legitimado socialmente como ciência. (FENATTI, 1995). O próprio autor define seu trabalho como sendo uma sociologia das comunidades científicas.

Na exposição de KUHN (1994) é extremamente recorrente a idéia de que a ciência é uma prática social cujo alicerce não está assentado sobre uma lógica ou uma racionalidade imanente a esta atividade, mas no consenso de uma determinada comunidade de cientistas a respeito de "*quais são os problemas que devem ser enfrentados e qual a forma de resolvê-los*". Esta é a concepção fundamental com a qual o autor trabalha para definir o que é paradigma, cuja posse é característica da ciência normal. Ciência normal, entendida como aquela praticada pelos cientistas naturais ou por investigadores da pesquisa pura que seguem, estão em adesão e convertidos a um único paradigma que, naquela determinada comunidade de praticantes, é o parâmetro para sua visão de mundo e para sua prática. A idéia forte portanto é a do consenso, a da existência de crenças compartilhadas por um grupo de pesquisadores. O consenso e o conseqüente dogmatismo são noções positivas, pois delimitam, estreitam o olhar do cientista, permitindo-lhe o aprofundamento da investigação em determinados problemas.

Sua tese sobre o avanço do conhecimento científico, ao inverso do que comumente se afirma, deve-se, principalmente, a episódios de desenvolvimento não cumulativos. Para ele, a ciência normal se desenvolve, passando por um primeiro estágio pré-paradigmático, quando há disputa de paradigmas e uma aguda discussão sobre fundamentos, para um período paradigmático, quando um único paradigma vence a disputa e recebe a adesão dos praticantes daquela ciência. Nesse momento há um apaziguamento, uma suspensão da discussão sobre os fundamentos. Há um estreitamento da visão de mundo do cientista e consenso sobre que entidades existem no universo e o que deve passar por escrutínio. Mas, em algum momento do desenvolvimento da ciência normal, toma-se consciência de anomalias. Há o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas, isto é, reconhece-se o fracasso dos quebra-cabeças em produzir os resultados esperados. Instaure-se um período de crise, quando novamente é reposta a discussão dos fundamentos e quando coexistem paradigmas em competição, mas um deles, o melhor, vencerá, ou seja, terá maior adesão dos praticantes-cientistas. Segue-se novo período de ciência normal, na rota da maturidade.

2 O debate nas Ciências Sociais em torno de conceitos de KUHN

A partir do quadro conceitual de KUHN, as ciências sociais não podem ser consideradas hoje como ciência madura, como por exemplo a física, já que seus praticantes não possuem um paradigma e não seguiram a rota da ciência normal como ele a descreve e analisa. A primeira hipótese sugerida seu instrumental teórico é a de que as disciplinas sociais estariam num período pré-paradigmático em direção à ciência normal. Esta hipótese deve ser examinada, retomando-se as discussões que têm sido feitas no interior das ciências sociais. Merece ainda ser investigada uma outra hipótese, a de estas disciplinas se constituírem em campos de estudo não paradigmáticos, fugindo portanto à rota da ciência normal.

Nas ciências sociais, em especial, na sociologia, o debate sobre os fundamentos vem ocorrendo há mais de um século, o que remonta à sua origem. A partir da obra de COMTE, o inaugurador do campo, consolidado pelos clássicos, MARX, DURKHEIM e WEBER, o dilema dos fundamentos e a convivência de diferentes visões de mundo fazem parte do cotidiano dos praticantes das ciências sociais. O fato de os cientistas sociais não concordarem entre si, chamou a atenção de KUHN, físico de formação, quando teve oportunidade de participar das discussões desta comunidade. As divergências de concepções sobre objeto e método entre eles levaram-no a afirmar que este tinha sido um dos motivos que provocaram sua reflexão sobre a ciência normal.

Diz ele no Prefácio:

"Fiquei especialmente impressionado com o número de desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e dos problemas científicos legítimos (...) A tentativa de descobrir a fonte dessa diferença levou-me ao reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo que, desde então, chamo de paradigma." (KUHN, 1994, p. 12-13)

A alusão a essa diferença suscita a primeira dúvida sobre se a prática dos cientistas sociais poderia caracterizar-se como científica tal como KUHN a pensa. Se a prática científica é uma atividade conduzida por um paradigma, as ciências sociais não respondem a este critério essencial. KUHN aborda a posição das ciências sociais da seguinte forma:

"O termo ciência está reservado, em sua grande maioria, para aquelas áreas que progridem de uma maneira óbvia. Mais do que outro lugar, nota-se isso claramente nos debates recorrentes sobre a cientificidade de uma ou outra ciência social contemporânea. Tais debates apresentam paralelos com os períodos pré-paradigmáticos em áreas que atualmente são rotuladas de científicas sem hesitação." (KUHN, 1994, p. 202)

O próprio autor estaria a sugerir que as ciências sociais se enquadrariam no estágio "pré-científico" ou pré-paradigmático da ciência normal. A sugestão de KUHN (1994) não permite uma conclusão de modo categórico, mas a dúvida fica reforçada quando diz que o futuro científico das disciplinas das ciências sociais estaria em aberto.

MARTINS (1972) questiona se as características próprias das ciências sociais de conviver com conflitos teóricos, metodológicos e de valor estariam a indicar - considerando que as disciplinas do social devem passar pelos estágios previstos por KUHN - as "*marcas do estágio pré-histórico da história natural da ciência*", faltando a elas o "*critério diagnóstico de maturidade científica*". A aceitação da tese de que as ciências sociais devem seguir o caminho das ciências naturais, implica a seleção de estratégias que busquem a aproximação da rota da ciência normal, ou seja, a perseguição de um consenso entre os praticantes-cientistas sociais para o alcance de um (único) paradigma. A defesa desse argumento parece muito apropriada ao pensamento dos cientistas sociais da vertente positivista. Essa era a proposta encampada por COMTE (1978) que, nos primórdios da história da sociologia, ansiava pela adoção de um único método, o das ciências naturais para o tratamento dos fatos sociais.

O debate que se segue nas ciências sociais logo após a publicação da obra de KUHN nos anos setenta, caracteristicamente norte-americano, dá-se num terreno em que a proposta de procurar o caminho *natural* da ciência na direção de um período normal, cai num ambiente saturado de positivismo. Como alerta MARTINS (1972), adotar o modelo kuhniano significaria apontar para a busca de consenso na metodologia da investigação: a formalização e a quantificação - e nos pressupostos

positivistas correlatos: a neutralidade do cientista e o abandono do esforço de construção teórica e de qualquer metafísica.

Essa posição consensualista através de adesão ao método, ou melhor, a um método, no entanto, não está de acordo com o projeto teórico de KUHN. Fica claro, em seu texto, que na noção de paradigma está implícita, de forma essencial, a percepção gestáltica que orienta a solução dos *puzzles*, dos quebra-cabeças, a que se dedicará determinada comunidade de cientistas. Implica portanto numa visão de mundo, num acordo referente a que entidades existem no universo a ser escrutinado, não podendo ser reduzida à mera questão do método.¹

Outro ponto de análise do uso da teoria kuhniana nas ciências sociais refere-se à reinterpretação que tem sido feita do conceito de paradigma. Uma primeira leitura do amplo emprego do termo nas várias disciplinas sociais levaria à conclusão de que essas disciplinas respondem aos critérios da ciência normal. EKBERG & HILL (1979) alertam que, freqüentemente, utiliza-se esse termo significando uma perspectiva teórica geral ou mesmo uma coleção de elementos de distintas perspectivas para a classificação tipológica das tendências, escolas ou temáticas seguidas pelos cientistas sociais. Identificam doze classificações *paradigmáticas* utilizadas por autores que adotam o termo de acordo com seus interesses particulares, podendo cada classificação ter de dois a oito paradigmas. Classificações comuns, por exemplo, são as que apontam a existência de paradigmas em disputa na sociologia: as vertentes teóricas do conflito e do consenso ou as abordagens que privilegiam a estrutura ou o sujeito. Tais cientistas sociais estariam a classificar suas disciplinas como paradigmáticas com esta forma corrompida do conceito de paradigma. Mas o discurso teórico de KUHN não autoriza esta conclusão. Ao contrário, o ecletismo é apropriado apenas ao período pré-paradigmático. Curiosamente, esta reinterpretação do conceito de paradigma, tornando-o aproximado à idéia de escolas e subescolas em competição, atua na direção da delimitação interna de tendências teórico-metodológicas que, a rigor, estariam exatamente a denunciar a não existência de consenso entre os praticantes, ou seja, a inexistência de um paradigma compartilhado, característica da ciência normal. (FENATTI, 1995).

Apoiando-se na análise de MASTERMAN (1970) sobre o conceito de paradigma, EKBERG & HILL (1979) chamam também a atenção para o emprego indevido do termo em sua aplicação nas disciplinas do social. Porque, embora KUHN utilize múltiplas definições para o termo, quando se pergunta o que o paradigma faz na prática de pesquisa dos cientistas, fica claro que o paradigma é um artefato para

¹ "A existência dessa sólida rede de compromissos ou adesões - conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais - é uma das fontes principais da metáfora que relaciona a ciência normal à resolução de quebra-cabeças. Esses compromissos proporcionam ao praticante de uma especialidade amadurecida regras que lhe revelam a natureza do mundo e de sua ciência, permitindo-lhe assim concentrar-se com segurança nos problemas esotéricos definidos por tais regras e pelos conhecimentos existentes."(KUHN, 1994: 65-66)

resolver quebra-cabeças. Então, para ser científica, uma disciplina teria de estar engajada na solução deste tipo de problema. No entanto, nas ciências sociais, os supostos paradigmas, quando muito, apenas afetam a direção da pesquisa.

Embora KUHN, no Posfácio de 1969, onde faz um ajuste de posição com seus críticos, admita que uma disciplina que não tenha uma matriz disciplinar possa possuir paradigmas de natureza diversa, mantém-se a idéia de um caminho normal ou natural para a trajetória disciplinar rumo à ciência. Acatar tal trajetória para as disciplinas das ciências sociais significa colocá-las definitivamente num lugar pré-paradigmático, já que o estágio de crise, quando também há posições divergentes, não pode ser aplicado a disciplinas que não passaram por um primeiro paradigma que as tivesse direcionado para uma evolução similar àquela ocorrida nas ciências naturais.

No entanto, alguns autores consideram que a existência do conflito de tendências ou escolas estaria a indicar o caráter saudável da disciplina. (RITZER, 1975; ALEXANDER, 1987). Chegam mesmo a aceitar a idéia de que a sociologia tenha um caráter multiparadigmático. ALEXANDER (1987) alega detectar na atualidade um "*novo movimento teórico*" nesta disciplina que estaria sendo revelado "*pelo estudo do revisionismo das tradições micro e macro*". O autor está-se referindo à tentativa de síntese do pensamento social entre as duas vertentes tradicionalmente opostas, uma que privilegia os macroprocessos, a estrutura social, e a que privilegia a abordagem dos microprocessos sociais, ou a ação de atores sociais. Apesar de o autor não utilizar o termo paradigma para este movimento, parece estar inspirado pela perspectiva de KUHN na busca de consenso entre os cientistas sociais em torno de uma única teoria, centrada no conceito de cultura que permitiria a integração dos vários pontos de vista.

Assim, para ALEXANDER (1987) as ciências sociais não passariam pelas mesmas exigências da ciência normal por que elas são de outra natureza, distinta das ciências naturais. Pela tradição weberiana as disciplinas do social seguem uma epistemologia interpretativa em razão de seu objeto e de sua forma de análise, essencialmente discursiva e valorativa. Além disso, o compromisso social com a aplicação de suas pesquisas faz com que haja sempre desacordos. Para KUHN a prática científica tem autonomia em relação ao ambiente social e o cientista dedica-se à pesquisa pelo desejo de solucionar problemas para os quais ele tem o artefato, não se perguntando sobre sua validade social. Os praticantes das disciplinas do social não podem partilhar daquele isolamento experimentado pelos pesquisadores das outras ciências em razão de seu objeto de estudo ter sempre implicações sociais. Estas seriam então as diferenças entre os dois tipos de ciência, em sua natureza e em sua aplicação, mas conserva-se a noção do consenso em torno desse "*novo movimento teórico*" nas ciências sociais.

Nesse debate mais atual, REIS (1987), discorda da idéia de que se estaria em

busca de um consenso teórico, afirmando que: "*Vejo pouca indicação ou nenhuma indicação de síntese (...) Há uma balconização de sociologias que na verdade se estruturam mais por temas que por pressupostos teóricos*". Em síntese, quer se considere o debate da década de 70 ou o mais recente, de meados dos anos 80, nota-se que as discussões a respeito do estatuto de cientificidade das ciências sociais continuam em aberto.

Parece interessante observar que, nesta breve revisão da literatura em torno do uso da perspectiva kuhniana, os autores não chegam a afirmar de modo definitivo que as ciências sociais se constituíam em um campo não-paradigmático e que não se poderia vislumbrar um roteiro evolutivo para suas disciplinas, semelhante ao percorrido pelas ciências naturais. HEYL (1975) pergunta se haveria um futuro paradigmático para as ciências sociais e se seria ruim que assim não fosse, pois ser um campo de estudos paradigmático poderia levar ao conformismo. Alguns aludem à sua condição (das disciplinas do social) de estarem em um estágio pré-paradigmático de uma forma um tanto ao quanto constrangida, ou alegam que são disciplinas multiparadigmáticas, termo pouco apropriado à teoria inspiradora de suas análises. Esse fato mostra a importância dada por uma comunidade de pesquisadores ao reconhecimento do estatuto de cientificidade para uma disciplina acadêmica. O debate nas ciências sociais transcorre como se a dúvida de sua própria cientificidade estivesse sempre que ser recolocada e reafirmada. Se na filosofia da ciência, a ciência social não passa incólume no teste da cientificidade, por não colocar à prova empírica seus pressupostos teóricos (POPPER, 1980), também não consegue passar ilesa face aos argumentos de KUHN que faz uma história da ciência muito próxima a uma sociologia da ciência, material com o qual os praticantes das ciências sociais trabalham a perspectiva com a qual se identificam.

A perspectiva kuhniana chegou a inspirar escolas como o *Programa Forte* em sociologia do conhecimento da Escola de Edimburgo (PALÁCIOS, 1994), e fica também evidente sua potencialidade, ainda atual, como provocadora de reflexões para outros campos de estudo. O que é mais fundamental é que sua proposta e o debate que se trava ao seu redor demonstram que, nas ciências sociais, as concepções positivistas e empíricas da ciência estão hoje abaladas (SHWARTZMAN, 1987). De qualquer modo, as disciplinas das ciências sociais se institucionalizaram em departamentos acadêmicos e como lugares de pesquisa e de formação profissional, antes da aquisição do consenso - partindo-se do pressuposto de ser esta a trajetória de qualquer ciência - ou apesar de não se enquadrarem na definição de ciência normal. Este acontecimento demonstra que a institucionalização de uma disciplina acadêmica não exige como condição necessária a passagem pela rota normal das ciências naturais. Como lembra HEYL (1975), a diferenciação das ciências sociais em

departamentos reforça a divisão interna de suas disciplinas. Essa estrutura profissional estaria a atuar contra o consenso na pesquisa.

Outros modos de olhar a emergência e a construção de campos de estudo disciplinares podem também trazer importantes elementos de análise. A noção de saber em FOUCAULT (1966) supera o problema dos limites demarcatórios entre ciência e não ciência, incorporando em seu significado valores e ideologia, permitindo uma leitura das formações discursivas que subjassem às práticas de pesquisa. Parece por esse motivo constituir-se em referência adequada para ajudar a pensar sobre diferentes campos disciplinares, principalmente aqueles como o das ciências sociais que não atendem integralmente aos requisitos da prática científica hegemônica. Esse ponto não será desenvolvido neste artigo, mas fica como uma espécie de indicação para estudos posteriores.

Esta breve análise de alguns argumentos sobre o estatuto de cientificidade das ciências sociais deverá funcionar como um pano de fundo para a abordagem de questões semelhantes na ciência da informação. O paralelo com as ciências sociais poderá desvendar pontos que escapariam numa análise que partisse diretamente da visão kuhniana sem a mediação de uma leitura preliminar do uso que tem sido feito do marco conceitual de KUHN em comunidades de pesquisadores, cujos objetos não se enquadram nos limites estritos definidos para as ciências naturais.

3 Sobre a cientificidade da Ciência da Informação

Embora a utilização dos conceitos de KUHN não tenha adquirido densidade semelhante na ciência da informação ao daquele ocorrido nas ciências sociais, noções aproximadas ao uso mais genérico de paradigma têm sido aplicadas em vários contextos da produção científica da área. WERSIG (1993) alega que a *"discussão atual da ciência da informação está cheia de tentativas de propostas de paradigma"*. Referindo-se aos papers da Conferência da Finlândia, em 1991, sobre *Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação* afirma que *"alguém pode ter até a impressão de que há mais artigos paradigmáticos no mercado do que relatórios substanciais de pesquisa de considerável seriedade"*. (WERSIG, 1993, p. 229). Esta situação poderia sugerir que essa disciplina passa por um estágio pré-paradigmático, já que existiria uma disputa entre diferentes paradigmas na rota do consenso. No entanto, aceitando esta hipótese, ao se examinarem as condições em que a discussão ocorre na ciência da informação, pode-se observar que ela se dá em parâmetros diferentes daqueles das ciências sociais.

Não existe, entre os praticantes da ciência da informação, convergência sobre

sua história. Se nas ciências sociais há um acordo tácito sobre sua origem e pelo menos sobre quais são seus autores clássicos (a tríade Marx, Weber e Durkheim), na ciência da informação não parece haver tal consenso. A afirmativa de KUHN, quando discute o progresso da ciência, fazendo menção às ciências sociais, pode ser ilustrativa para a abordagem da questão:

"Se vale o precedente das ciências naturais tais questões (sobre a definição de o que é ciência) deixariam de ser uma fonte de preocupação caso fosse encontrada uma definição, mas somente quando grupos que atualmente duvidam de seu status chegassem a um consenso sobre suas realizações passadas e presentes. (KUHN, 1994, p. 202).

Não há consenso na ciência da informação sobre suas realizações passadas e presentes, assim como não o há nas ciências sociais. No entanto, na ciência da informação não há sequer acordo sobre sua origem como área de conhecimento. Em linhas gerais, podem ser identificadas duas versões sobre sua história. A vertente mais tradicional entende que a disciplina represente uma continuidade da biblioteconomia. SHERA (1977) remonta sua história como um contínuo desde a biblioteca de Alexandria (século III A.C.) até os dias atuais da ciência da informação. Note-se que a história de uma disciplina assim contada não corresponde à visão kuhniana do desenvolvimento da ciência como um processo não cumulativo. SARACEVIC (1991), ao contrário, entende que a origem do campo é recente e está marcada pela revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, fruto da mudança no papel social da informação no mundo moderno. Para ele a biblioteconomia e a ciência da informação são, claramente, campos diferentes.

Vale a pena citar afirmação de STEVENS (1986), cuja posição mostra-se ambígua sobre quais das duas histórias deve ser a prevalente, se a da continuidade entre os dois campos ou a da descontinuidade:

"Nós (os bibliotecários) redefinimos e transformamos o serviço de biblioteca, primeiro em ciência da biblioteca e então em ciência da informação, mas não mudamos adequadamente nosso conceito da história que subjaz nossa disciplina. "(STEVENS, 1986, p. 2)

Embora o modelo de KUHN não distinga no período pré-paradigmático subdivisões que permitam classificar, dentro deste estágio, etapas mais ou menos próximas à rota da ciência normal, poder-se-ia conjecturar que, neste caso, a ciência da informação está mais atrasada do que as ciências sociais em sua trajetória de cientificidade já que ainda não há acordo sobre sua história e sua origem.

Também não há acordo sobre os problemas legítimos a serem escrutinados, um dos indicadores do grau de maturidade de uma disciplina. Se também não existe esse grau de consenso nas disciplinas do social, na ciência da informação há desacordos sobre o seu objeto central de investigação. É comum encontrar na

produção científica da área a referência aos termos ciência da informação e biblioteconomia como sinônimos e a definição de seu objeto como sendo a biblioteca e os seus usuários (MOSTAFA et al. 1992). Mas SARACEVIC (1991) discorda dessa definição e entende que se trata de dois campos específicos de investigação, o que, segundo ele, fica demonstrado no exame de suas respectivas agendas de pesquisa. WER.SIG (1993) compartilha desse ponto de vista quando afirma que podem ser identificadas outras tradições dentro das ciências da informação que não se enquadram na estrutura biblioteca/recuperação da informação. Cita alguns exemplos dessa agenda de investigação, entre eles, estudos do fluxo da informação, estudos das conseqüências sociais das tecnologias da informação e estudos sobre a produção de conhecimento.

Em relação ao uso do conceito de paradigma, quer em seu sentido estrito ou com significado equivalente a escolas ou tendências, uma análise ainda que parcial da produção recente em ciência da informação revela ser rara a utilização desse conceito embora haja bastante referências a conflitos de pontos de vista e a projetos diferenciados sobre qual universo a ser pesquisado.

WERSIG (1993) utiliza o conceito de paradigma numa perspectiva irônica ao se referir ao debate atual na ciência da informação sobre a questão de sua cientificidade. Insinua que a discussão em torno do campo disciplinar está tão em aberto que:

"É dado como fato que há alguma coisa como 'informação' que é necessária e que eles se oferecem para solucionar o problema." Mas argumenta que "as organizações sociais e os sistemas tecnológicos sempre apareceram na sociedade como soluções a necessidades a serem atendidas (...) mas nunca constituíram-se em ciências no sentido tradicional."

E, em seguida, coloca entre parêntesis:

"Esta talvez seja a razão por que os cientistas da informação sintam tanta urgência em ter um paradigma nas mãos para demonstrar sua maturidade científica." (WERSIG, 1993, p. 230)

MOSTAFA et al. (1992), em artigo em que fazem uma breve revisão das temáticas tratadas nos estudos da área, afirmam que os paradigmas teóricos hegemônicos na ciência da informação (ou biblioteconomia), são o behaviorismo, no tratamento do usuário, e o funcionalismo, na abordagem da instituição biblioteca, duas propostas metodológicas derivadas do positivismo e importadas de duas disciplinas diferenciadas e demarcadas: a Psicologia, no primeiro caso e a Sociologia, no segundo. Dessa forma o emprego do termo paradigma parece estar mais corrompido do que quando é considerado como equivalente a escola ou tendência nas ciências sociais. Fica claro na estrutura do pensamento de KUHN que o critério mínimo para se designar a coexistência de paradigmas é de haver projetos divergentes de visões de mundo em conflito, no interior de uma disciplina específica, em determinado momento histórico. No caso em foco, behaviorismo e funcionalismo são complementares e

convivem em harmonia epistemológica, diferenciando-se apenas nos objetos que abordam. A afirmação da autora não permite identificar a condição do campo nem como pré-paradigmática nem como de crise, pois somente nas duas situações podem coexistir paradigmas, mas desde que estejam, se se quer ser coerente com o modelo kunhiano, em competição.

Seguindo o raciocínio adotado nas considerações relativas às ciências sociais e particularmente à sociologia, o argumento até agora examinado para a análise da ciência da informação é o do enquadramento da disciplina no estágio pré-paradigmático no programa evolutivo de uma disciplina científica. E como parece subentendido nos projetos disciplinares de diversos matizes para a trajetória da ciência da informação, há um anseio por parte de seus praticantes de definição de um acordo mínimo sobre a delimitação de seu campo de atuação. A discussão sobre os fundamentos não aparece com frequência na produção científica da área. Pela exposição já feita até aqui, fica evidente que esse fato não pode ser atribuído à maturidade da disciplina ou ao motivo de ela estar atravessando um período de ciência normal, quando há uma suspensão dessa discussão na comunidade de praticantes que se debruçam na solução de quebra-cabeças. (KUHN, 1994) Provavelmente isso se deveria mais ao tipo de problemática colocada pelo campo que, por não ter clareza de seu objeto, não se deteve ainda em questões de bases mais filosóficas. Pode ainda ser um indicador de que questões de caráter filosófico ou metafísico não façam parte do elenco dos interesses mais prioritários dos praticantes da disciplina.

Pela leitura - ainda que preliminar da produção científica identificada como ciência da informação - pode-se afirmar que há, claramente, duas correntes em oposição, embora não se veja explicitação deste conflito e que isso só possa ser percebido, na maioria das vezes, nas entrelinhas dos textos, nas discussões que se desenrolam sobre o tema e pela análise de autores em particular. Uma corrente é a da defesa da biblioteconomia como o *núcleo duro* da ciência da informação que parte expressamente dos praticantes de formação bibliotecária e uma outra que é a da proposta de autonomia dessa disciplina que tem a adesão de profissionais de diversas formações e que por isso trazem para o campo uma multiplicidade de *paradigmas*, ou melhor, de visões de mundo e até de posições sobre que objetos ou que problemas devem merecer a atenção dos praticantes e portanto sobre o que deve passar por escrutínio, o que deve ser investigado pelo cientista da informação.

Seria muito interessante interrogar primeiramente os detentores das duas posições sobre seus projetos teórico-metodológicos. A primeira questão a merecer uma apreciação é a do terreno epistemológico em que o projeto de busca de consenso se processaria. Do lado da vertente tradicional, que parece hegemônica na produção científica do campo, predomina a visão positivista sobre os usuários e os catálogos de biblioteca, cujo método ideal de investigação é o modelo experimental ou de

laboratório. O modelo de investigação inspirado na psicologia behaviorista e na sociologia funcionalista tem como princípio lógico a indução, cujos pressupostos estão colocados em discussão no marco do próprio positivismo. Na linha do pensamento lógico popperiano (POPPER, 1990), a idéia de se partir de fatos observados empiricamente para se chegar à teoria não passa de um mito porque não há como observar fatos sem se estar a priori centrado em uma referência teórica, senão nada será observado ou visto. Mas o método indutivo tem servido ainda como parâmetro para pesquisas acadêmicas em várias áreas de conhecimento. O destaque que as correntes modernas de filosofia da ciência têm dado ao papel da teoria como orientadora de pesquisas empíricas mostra a necessidade de construções conceituais para orientar a seleção de hipóteses para investigação e portanto de revisar o método prevalente de pesquisa.

MOSTAFA et al. (1992) afirma, categoricamente, que as pesquisas realizadas na área sobre o comportamento dos usuários, ou sobre o ato de ler, ou sobre a satisfação do bibliotecário no trabalho, temas recorrentes de investigação, são tratados sob a ótica estritamente empiricista-positivista. Chega a tecer considerações sobre a qualidade destes trabalhos, como se vê:

"O senso comum das pesquisas define escalas e questionários/entrevistas ou grupos de controle ou experimentais para medir o comportamento, seja o comportamento verbal como as opiniões, seja o comportamento em atos. Uma vez medido ele é contrastado com outras opiniões (venham de reflexões, venham de onde vier). O cotejo dessas opiniões dá mais algumas conclusões, mas tudo isso é realizado de forma mecânica, sem o quesito da historicidade..." (MOSTAFA et al. 1992, p. 221)

A autora e colaboradores (MOSTAFA et al. 1992) defendem uma postura crítica a essa hegemonia do positivismo e propõem uma referência historicista nos marcos do materialismo histórico para o campo disciplinar, embora mantendo seu projeto temático nos limites da biblioteconomia. Mas a leitura que é feita nesse texto do ambiente fortemente positivista em que são realizadas as investigações pode ser vista como uma referência para a análise do que representaria um projeto de consenso a partir da tradição bibliotecária. Um projeto desse tipo estaria a dar grandes vantagens à postura empiricista-positivista num embate entre tendências ou escolas. Note-se que não há sequer referência nesse artigo à produção de outra vertente que não esta, o que pode ser visto como um indicador da debilidade de outras propostas para serem efetivamente competitivas numa disputa "paradigmática" no projeto de continuidade entre a biblioteconomia e a ciência da informação.

Há que se lembrar ainda as afirmações de KUNH sobre as dificuldades de abandonar modelos tradicionais de práticas de pesquisa para a adesão dos praticantes de um campo de estudo a novos paradigmas, em razão de a formação de pesquisadores em uma comunidade especializada ser sempre feita através de

manuais e de exemplos sobre o modo de investigar, num processo de socialização rigorosa dos iniciantes, sem que se indague a respeito de seus fundamentos. A adesão ao paradigma é portanto de caráter dogmático, o que evidentemente funciona como limite para a adoção de paradigmas alternativos (KUHN, 1994). Embora ele esteja se referindo à formação de novos praticantes de comunidades propriamente científicas ou da ciência madura, sua observação é válida para uma formação profissional qualquer. A formação positivista da ciência da informação (ou biblioteconomia como quer esta corrente), aliada à ilusão subjacente à lógica indutivista de que o uso do método atua como garantia de cientificidade poderiam funcionar, em conjunto, no sentido de manutenção da hegemonia do atual modo de conduzir a investigação na ciência da informação. Essa situação é similar àquela que propiciou o alerta, feito na década de setenta, sobre o papel que teria uma proposta de consenso paradigmático para as ciências sociais num cenário também "*saturado de positivismo*" (HEYL, 1975). No entanto, na tradição de pesquisa das disciplinas do social sempre coexistiram escolas diferenciadas em luta, o que não existe, pelo menos com peso significativo na biblioteconomia. Pelo critério de KUHN da disputa de paradigmas em um período pré-paradigmático, o paradigma vencedor seria aquele que obtivesse maior adesão do grupo de praticantes. Assim, considerar que a ciência da informação estaria num estágio pré-paradigmático, no rumo do consenso teórico-metodológico e instrumental da ciência normal, significaria, pelo menos no projeto da vertente tradicional, um reforço do atual estado da pesquisa na área.

A segunda posição identificada no campo da ciência da informação é a que enfatiza sua autonomia em relação à biblioteconomia. SARACEVIC (1991) entende a ciência da informação como um campo de prática científica e profissional, essencialmente interdisciplinar por trabalhar em áreas de problemas complexos. Caracteriza a relação interdisciplinar da ciência da informação com outras quatro áreas que considera como "*aquelas que têm envolvido as relações mais pronunciadas e significativas*": a biblioteconomia, a ciência da computação, a ciência cognitiva e a comunicação. Embora não se vá deter aqui na análise do significado epistemológico da escolha destas disciplinas em particular e das temáticas destacadas dentro de cada uma delas pelo autor, é interessante acentuar que, numa primeira vista, há combinação dos pressupostos teórico-metodológicos desse conjunto de disciplinas e de temas. A ciência da informação estaria colocada, segundo este ponto de vista, no marco do neo-positivismo. Sua definição da ciência da informação, inspirada na visão popperiana, como um campo de problemas, sugere aproximação com essa postura teórico/metodológica. Há de se examinar com maior profundidade o grau de adesão que esta proposta tem recebido junto aos praticantes-pesquisadores, o que não será feito neste artigo. Por enquanto interessa marcar a posição como uma das possíveis alternativas para a delimitação do campo disciplinar da ciência da informação.

Na mesma posição, mas numa linha de pensamento diferenciada, WERSIG (1993) proclama a ciência da informação como "*nova ciência ou ciência pós moderna*" por tratar de problemas de nova complexidade. Sua avaliação é a de que o campo da ciência da informação "*tem sido objeto de muitas disciplinas fragmentadas*" e reivindica a necessidade de construção de um *background* teórico que dê conta dessa nova espécie de problema. Enfatiza, portanto, uma construção teórica diferente das ciências clássicas que possa dar conta dessa nova complexidade. A posição que defende a autonomia da ciência da informação em relação à biblioteconomia, exemplificada aqui por estes dois autores - SARACEVIC e WERSIG - em contraste com a posição mais tradicional, não pode, por sua própria estrutura multiprofissional, assumir uma proposta de consenso paradigmático para este campo de estudos. Seu projeto passa por propor a conformação de um campo de estudos interdisciplinar². No entanto, acompanhando o referencial conceitual de KUHN, uma disciplina com tal perfil escaparia da definição de uma ciência normal. Como bem percebe WERSIG (1993), a sedução desse projeto interdisciplinar está exatamente na conquista de uma legitimidade através da diferença em relação à rota da ciência normal, ou como prefere este mesmo autor, da ciência clássica.

Por todos os motivos expostos, parece não ser pertinente considerar que a ciência da informação esteja num estágio pré-paradigmático, com escolas ou subescolas em disputa por que, em primeiro lugar, não há indicações de que haja identidade entre os praticantes da área institucionalmente identificada como da ciência da informação sobre a demarcação de seu campo de estudos, em consequência, sobre sua história e sobre quem são efetivamente os legítimos praticantes desta disciplina. Dessa maneira não parece caracterizado um cenário que estivesse próximo ao desenhado por KUHN para a rota de uma especialidade científica, mesmo em seu estágio pré-científico em direção à ciência normal. Se esse é o destino, percebe-se que haveria um duro e longo caminho a percorrer.

Assim, por outras razões, o referencial conceitual de KUHN sugere considerações relativas à cientificidade da ciência da informação próximas àquelas feitas para as ciências sociais. Há que se avaliar a afirmação de que ela teria outra natureza, diversa das ciências naturais, embora pela discussão feita até agora, seu desenvolvimento pareça também diferenciado do trajeto percorrido pelas ciências sociais. Mas cabe também retomar o questionamento (feito às ciências sociais) se a ciência da informação se constituiria em um campo de estudo não-paradigmático. A sugestão de WERSIG de que ela se constituiria numa ciência pós-moderna é

2 A discussão sobre as diferenças entre os conceitos de multi, inter ou transdisciplinaridade parece fundamental para a consolidação desta proposta. No entanto, apesar de reconhecer a urgência do aprofundamento desta questão, isto não será abordado aqui, pois significaria um desvio do objetivo central deste artigo.

interessante, provocadora, e aponta para uma nova forma de desenvolvimento não paradigmático para a rota de uma disciplina acadêmica. Mas esta e outras questões relativas ao tipo de desenvolvimento científico que os membros dessa comunidade seguirão só poderão ser enfrentadas após um primeiro acordo sobre seus contornos disciplinares, o que se viu não ter sido ainda alcançado.

Outro ponto semelhante ao da trajetória das ciências sociais que pode servir como referência para análise é o da institucionalização disciplinar. Na realidade a ciência da informação, enquanto uma área derivada da biblioteconomia ou como uma área autônoma, se institucionalizou também antes de obter o estatuto de cientificidade ou de ter alcançado a maturidade científica. Mas as condições especiais em que ocorre sua institucionalização devem ser pesadas para melhor compreensão da questão. As ciências sociais tiveram uma experiência de institucionalização através de uma crescente especialização de suas disciplinas - a sociologia, a economia, a ciência política e a antropologia - formando assim comunidades específicas de pesquisadores. A ciência da informação segue o caminho inverso, constituindo-se como especialidade acadêmica a partir da formação pós-graduada de profissionais de variadas origens. Se a departamentalização das ciências sociais se dá por especialização, favorecendo a não existência de consenso entre seus praticantes, vamos dizer assim, maduros, na ciência da informação esta ausência já está colocada pelos iniciantes dessa disciplina que chegam ao campo já socializados como profissionais de outras áreas de atuação. Fica difícil antever um acordo paradigmático nessas condições.

ECO (1995), referindo-se à cientificidade da semiótica, afirma que ela não é uma ciência, mas um departamento, "*o nome de um departamento*" assim como a medicina, onde há biólogos, geneticistas, etc. E acrescenta: "*Trata-se de aceitar esta variedade de enfoques e de mantê-las juntos porque todos pertencem, todos participam da mesma 'virada' lingüística, mas sem por isso acreditarem que constituam uma mesma ciência.*" Pode ser que este seja o caso do futuro da ciência da informação, mas ainda não se pode identificar maturidade na relação entre as múltiplas disciplinas que se aproximam do domínio ainda incerto deste campo, a ponto de conformar um departamento como o que ECO defende para a semiótica.

A conclusão mais direta que se tira do cenário apresentado é que, antes de mais nada, há que se obter acordo sobre os contornos do campo disciplinar entre os dois grupos de praticantes que se identificam como cientistas da informação. E vale a pena repetir a afirmação de KUHN para as ciências sociais: o futuro da ciência da informação está em aberto. Em síntese, o uso do referencial teórico-metodológico de KUHN propicia, além de exemplos de confirmação de sua teoria, o desvelamento de certas particularidades em trajetórias de disciplinas que não seguiram a rota prevista para a ciência normal. No caso em destaque da ciência da informação, um

aprofundamento da análise através de uma revisão bibliográfica mais densa, utilizando esta proposta como instrumental metodológico em confronto com visões alternativas, pode contribuir para levantar outros indicadores do comportamento dessa comunidade de praticantes e revelar pontos estratégicos que orientem sua configuração enquanto um campo efetivo de conhecimento, maduro, não a custo de um consenso qualquer, mas de uma escolha consciente da comunidade de seus praticantes.

Information science as a scientific field.

Theoretical-methodological analysis of information science as to its scientific status , and of the possibilities of its constituting a mature field of knowledge. Kuhn's conceptual framework is utilized as a reference. The discussion is related to the same debate taken place in the social sciences during the seventies and eighties.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALEXANDER, J.C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n.4, p.5- 42, jun. 1987.
2. COMTE, A. **Comte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (*Os Pensadores*)
3. ECKEBERG, D. L. , HILL, H. L. The paradigm concept and sociology: a critical review. **American Sociological Review**, n. 44, p. 925-937, Dec. 1979.
4. ECO, H. **Ecologia**. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1995. Caderno Mais, p.4.
5. FENATTI, R. **Filosofia da ciência**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1995. Notas de aula.
6. FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1966. 407p.
7. HEYL, D. Paradigms in social sciences. **Society**, n. 12, p. 61-67, July/Aug., 1975.
8. KUNH, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
9. MARTINS, H. The kuhnian "revolution" and its implication for Sociology. In: NOSSITER, 1. J. , NANSON, A. H., ROKKANS, S. **Imagination and precision in the social sciences**. London: Faber & Faber, 1972. P. 13-58.
10. MASTERMAN, M. The nature of paradigm. In: LAKATOS, MUSGRAVE (Eds.) **The criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. P. 59-90.

11. MOSTAFA, S.P., LIMA, A.B., MARANON, E.L. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n.3, p. 216-222, set./dez.1992.
12. PALÁCIOS, M. **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. O programa forte da sociologia do conhecimento e o princípio da causalidade. p. 175-198.
13. POPPER, K. **A lógica da investigação científica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P. 3-124. (*Os Pensadores*).
14. REIS, E. Comentários ao ensaio 'o novo movimento teórico' de J. F. Alexander. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 36-38, jun.1987.
15. RITZER, G. **Sociology: a multiparadigm science**. Boston. [s.n.]. 1975.
16. SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: historical, empirical and theoretical perspectives, 1991, Finland. **Proceedings...** Helsinki: 1991.
17. SCHUARTZMAN, S. Paradigma e espaço nas ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p.29-35, jun.1987.
18. SHERA, J. H. , CLEVELANO, O. B. History and foundations of information science. **ARIST**, v.12, p.247-275, 1977.
19. STEVENS, N.O. The history of information. **Advances in Librarianship**, v.14, p.1-48, 1986.
20. WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, Mar./Apr.1993.